COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento



RELATÓRIO 2018
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE 4

1 CONJUNTURA ECONÔMICA 5

1.1 Tarifas de Energia 5

1.2 Investimento Remunerável 5

2 DESEMPENHO OPERACIONAL 6

2.1 Distribuição de energia elétrica 6

2.2 Ligações de Consumidores 6

2.3 Distribuição direta por classe de consumo 7

2.4 Receita 9

2.5 Tarifas 10

2.6 Qualidade do fornecimento 11

2.7 Tecnologia da informação 11

2.8 Novos negócios 11

2.9 Desempenho econômico-financeiro 12

2.10 Investimentos 12

2.11 Valor adicionado 13

2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras 13

2.13 Composição das quotas do capital social 13

2.14 Comportamento do preço das quotas ... 14

2.15 Atendimento aos associados e consumidores 14

3 GESTÃO 16

3.1 Planejamento Empresarial 16

3.2 Recursos Humanos 16

3.3 Responsabilidade Social 16

3.4 Responsabilidade Ambiental 16

3.5 Concessionária em números 17

3.5.1 Atendimento 17
3.5.2 Mercado 17
3.5.3 Dados Operacionais 17
3.5.4 Dados Financeiros 18
3.5.5 Indicadores de Desempenho 18

3.6 Área de concessão 19

4 Desempenhos Comerciais 20

4.1 Construções de Redes 20

5 B.T 20

6 A.T 20

7 B.T 20

8 A.T 20

8.1 Serviços Executados – Instalações de Transformadores 21

8.2 Subestação Rincão 22

8.3 Loteamentos Melhorias 22

8.4 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica 22

8.5 Vistorias nas Unidades Consumidoras 23

8.6 Iluminação Pública 23

8.7 Plantão 24 horas 23

8.8 Análise de Projetos Elétricos. 23

8.9 Balanço Energético - Janeiro/2018 a Dezembro/201 23

8.10 Conclusão: 23

5 Planejamentos de Atividades – 2019 24

5.1 Suprimento de Energia 24

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica 24

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores 24

5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão 25

5.4 Aquisição de Equipamentos 25

6 AUDITORES INDEPENDENTES 26

7 AGRADECIMENTOS 27

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 36

1 CONTEXTO OPERACIONAL 36

2 DA CONCESSÃO 36

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 36

*A) **Base de Mensuração** 37*

*B) **Estimativas Contábeis** 37*

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 38

5 DISPONIBILIDADES 46

5.1 Numerário em Trânsito 47

6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO 47

7) CONSUMIDORES 47

8) RENDAS A RECEBER 49

9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR 49

10) OUTROS CRÉDITOS 50

11) DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES 50

12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS 51

13) ESTOQUE 51

14) SERVIÇOS EM CURSO 52

15) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE 52

16) CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A 52

17) DEPÓSITOS JUDICIAIS 52

18) INVESTIMENTOS 52

19) IMOBILIZADO 53

20) FORNECEDORES 55

21) FOLHA DE PAGAMENTO 55

22) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS 56

23) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 56

a. CIRCULANTE 56

b. NÃO CIRCULANTE 57

24) CREDORES DIVERSOS 58

25) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS 58

26) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS 58

27) ENCARGOS DO CONSUMIDOR 58

28) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 59

29) OUTRAS CONTAS A PAGAR 59

30) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO 59

31) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS 60

a. Fiscais 60

b. Trabalhistas 60

32) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica 61

33) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS 62

34) PATRIMÔNIO LÍQUIDO 63

34.1 Capital social 63

34.2 Reservas de capital 63

34.3 Ajuste de avaliação patrimonial 63

34.4 Reserva de sobras 64

35) RECEITA OPERACIONAL 65

35.1 Fornecimento energia elétrica 65

35.2 Uso do sistema de distribuição 65

35.3 Fornecimento não Faturado 66

35.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução 66

35.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos 66

35.6 Consumidores Livres 66

35.7 Doações, contribuições e subvenções . 66

35.8 Serviço e outras receitas 66

36) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL 67

36.1 Impostos 67

36.2 Encargos do Consumidor 67

36.3 Receitas de Ultrapassagens 67

37) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA . 67

38) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO 67

39) DESPESAS OPERACIONAIS 68

40) RESULTADO FINANCEIRO 68

41) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 69

42) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS 70

43) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS 70

44) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS 70

45) SEGUROS 71

46) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVICO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA 71

47) EVENTOS SUBSEQUENTES 71

CARTA DO PRESIDENTE

Aos associados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos a sua apreciação o Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da Cooperativa Aliança – Cooperaliança. Esse documento foi elaborado conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Balanço Patrimonial Regulatório.

A apresentação e dados contidos nesse relatório quer trazer uma divulgação transparente aos nossos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação e toda sociedade em geral. Além disso, o presente documento tem por obrigação direcionar as ações realizadas daqui em diante, visando aumentar ainda mais os resultados e proporcionar a melhoria na qualidade do serviço da cooperativa em todas as esferas.

Como parte do cumprimento da legalidade e sob supervisão da Aneel, divulgamos a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser analisadas posteriormente.

Com a certeza de que o ano anterior foi de sucesso e os próximos seguirão o mesmo caminho, agradeço a cada um que esteve ao meu lado nesses últimos tempos: associados, consumidores, diretoria, Conselhos Fiscais, delegados e colaboradores que não mede esforços para fazer a Aliança acontecer.

Jorge Rodrigues

2018

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o reajuste tarifário anual, de 2018. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de 14,38% positivo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2018 a 28 de agosto de 2019. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória n° 2.440, de 21 de agosto de 2018, e nota técnica nº 196/2018 – SGT/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

> *Capítulo II*
> *Das Sociedades Cooperativas.*
>
> *Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.*

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

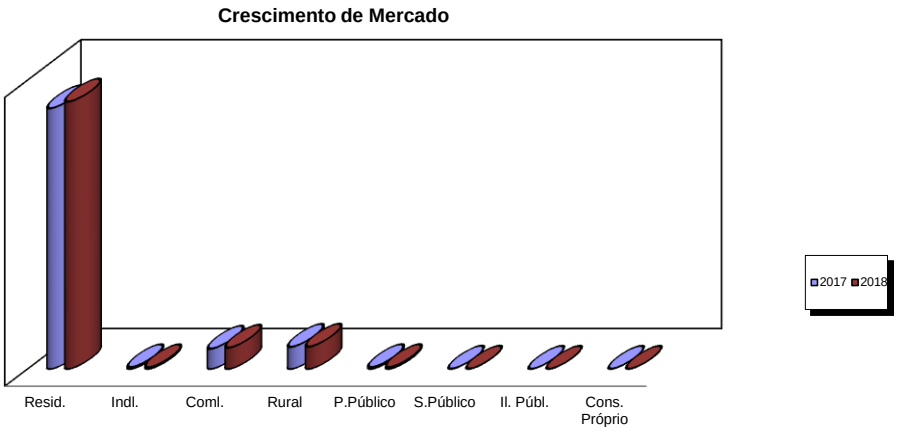
A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 38.040 consumidores cativos e 10 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

Em 2018, a Cooperaliança registrou um crescimento de 2,55% em seu número de consumidores e um aumento na distribuição de energia elétrica em MWH de 4,09.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 2,55% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores			
Classe	**2018**	**2017**	**%**
Residencial	32.389	31.583	2,55
Industrial	173	183	(5,46)
Industrial (Parcialmente livre)	10	06	66,66
Comercial	2.567	2.441	5,16
Rural	2.686	2.664	0,82
Poder Público	198	196	1,02
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	18	18	-
Consumo Próprio	05	07	(28,57)
TOTAL	**38.050**	**37.102**	**2,55**



2.3 **Distribuição direta por classe de consumo**

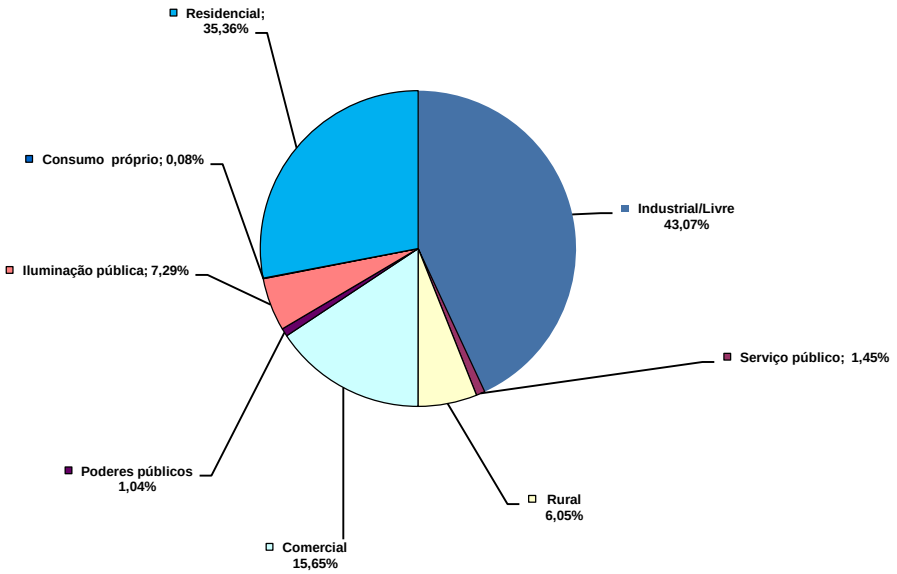
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2018 foi de 167.592MWH e no mercado livre 40.564MWHregistrando um aumento no mercado da concessionária de 4,09% em relação a 2017.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Comercial, Industrial e Residencial.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	**2018**	**2017**	**%**
Residencial	**58.296**	**55.009**	**5,98**
Industrial	**49.086**	**41.569**	**18,08**
Consumidores Livres	**40.564**	**46.344**	**(12,47)**
Comercial	**32.584**	**30.359**	**7,33**
Rural	**12.585**	**12.054**	**4,41**
Poderes Públicos	**1.718**	**1.548**	**10,98**
Serviços Públicos	**1.882**	**2.065**	**(8,86)**
Iluminação Pública	**11.316**	**10.902**	**3,80**
Consumo Próprio	**120**	**127**	**(5,51)**
TOTAL	**208.156**	**199.977**	**4,09**

CONSUMO POR CLASSE

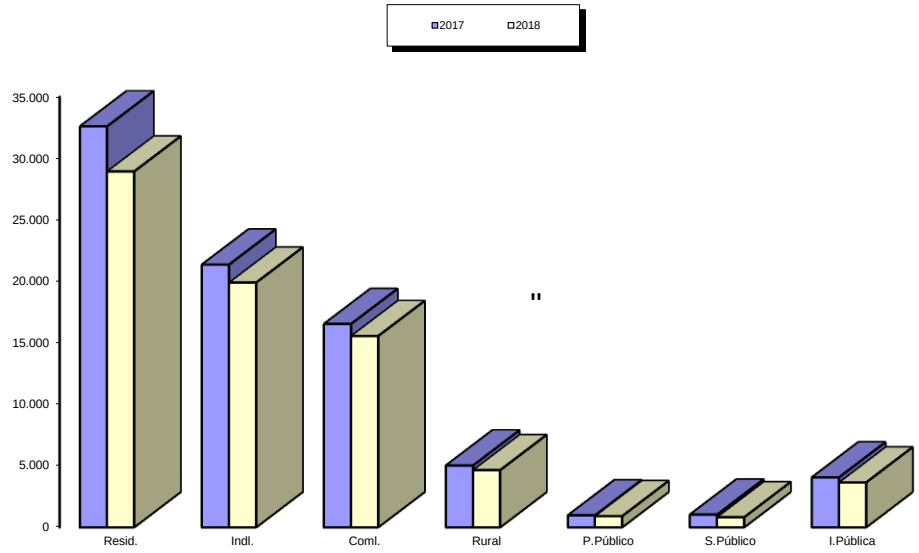


2.4 **Receita**

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R$ 69.954 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	**Receita líquida em R$ mil**		
	2018	**2017**	**%**
Residencial	28.927	32.593	(11,25)
Industrial	19.885	21.350	(6,86)
Comercial	15.537	16.519	(5,94)
Rural	4.644	5.018	(7.45)
Poderes Públicos	907	973	(6,78)
Iluminação Pública	3.643	4.053	(10,12)
Serviço Público	815	1.029	(20,80)
Consumidores Livres	11.893	12.490	(4,78)
Fornecimento – Diferimento ou Devolução	(3.703)	(380)	(874)
Renda não faturada	(209)	(1.162)	82,01
Subtotal	**82.339**	**92.483**	**(10,97)**
Serviços	374	328	14,02
Doações, Contribuições e Subvenções	18.984	10.962	73,18
Fornecimento – Demais Ativos e Passivos	1.524	-	100,00
Subtotal	**103.221**	**103.773**	**(0,53)**
ICMS	(20.503)	(22.366)	(8,33)
PIS/COFINS	(701)	(711)	(1,41)
ISSQN	(13)	(36)	(63,89)
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(11.536)	(8.363)	37,94
Ultrapassagem de demanda e reativos	(514)	(1.057)	(51,37)
TOTAL	**69.954**	**71.240**	**(1,81)**

RECEITA LÍQUIDA



2.5 **Tarifas**

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2018, foi de R$ 467,97 por MWH.

Classe	**Tarifa média de fornecimento**	
	2018	**2017**
	R$/MWH	**R$/MWH**
Residencial	583,30	469,82
Industrial	343,87	363,02
Comercial	525,11	439,19
Rural	409,99	322,62
Poder Público	548,53	478,23
Serviço Público	436,00	353,88
Iluminação Pública	334,51	255,68
Consumo Próprio	562,49	299,80
MÉDIA	**467,97**	**396,43**

2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	2,83	6,61	2,87	5,44	0,688	0,635

2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2018, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Aquisição de novo Servidor para o ERP;
- Aquisição de gerador automático de 15KVA;
- Aquisição de Tablets pata ampliação do COD RT;
- Implantação do COD RT nos serviços de Suspensão de fornecimento e religação de energia;
- Ampliação das medições remotas.

2.8 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à

distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

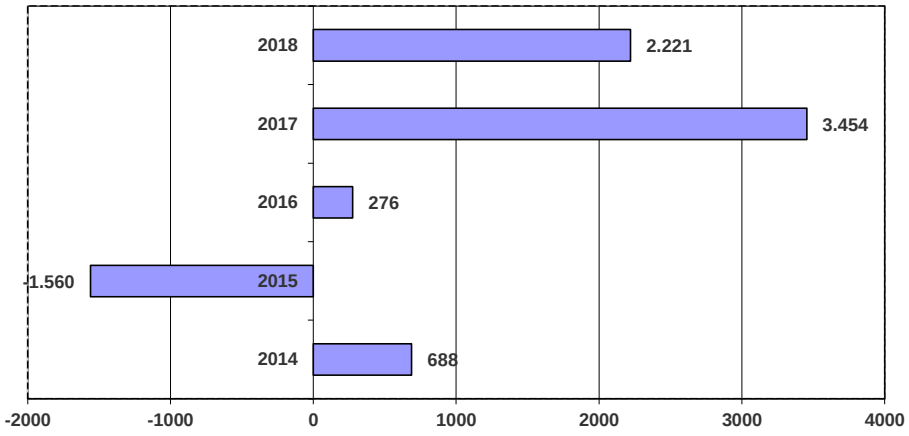
2.9 **Desempenho econômico-financeiro**

Em 2018, as sobras do exercício foram de R$ 2.221 mil, contra R$ 3.454 mil de 2017oque representou uma redução de 35,70%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2018, R$ 69.954 mil, enquanto em 2017 o resultado foi de R$ 71.240 mil, representando uma redução1,80%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2018 foi de 71.587 mil contra 69.081 mil em 2017 representando um aumento de 3,63% isso ocorreu principalmente pelo aumento no custo de encargo de uso do sistema de distribuição.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução a seguir:



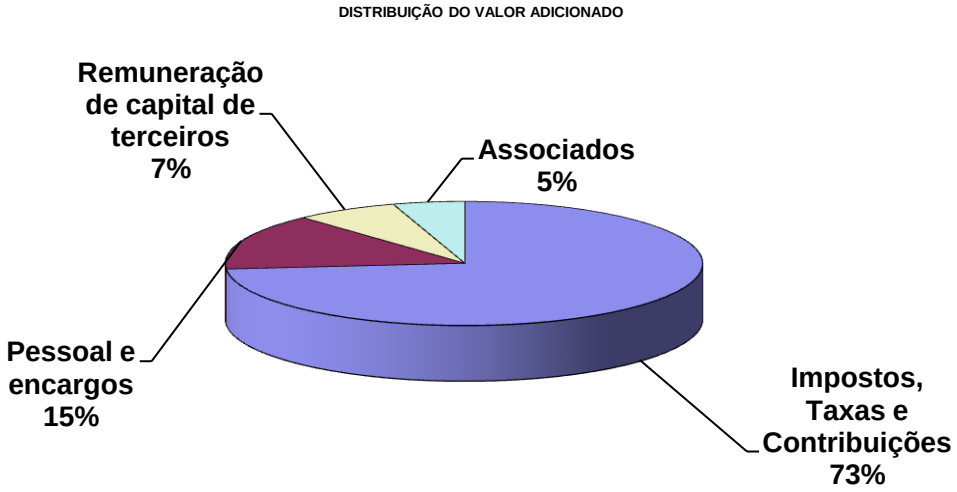
2.10 **Investimentos**

Em 2018, os investimentos da Cooperativa, importaram em R$ 5.504mil, 29,75% maiores em relação a 2017, conforme segue:

Investimentos - R$ mil			
	2018	**2017**	**%**
Obras de Distribuição	5.301	4.159	27,46
Instalações Gerais	100	20	400
Veículos	103	58	77,59
Intangível	-	5	(100)
TOTAL	**5.504**	**4.242**	**29,75**

2.11 **Valor adicionado**

Em 2018, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R$ 45.884mil, representando 44,45% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.12 **Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras**

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.13 **Composição das quotas do capital social**

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da concessionária era de R$1.463milhões, composto por 1.547.000quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada.

Números de Associados		**Capital Social**
Total de associados em Dez/2017	37.623	1.463
Total de associados em Dez/2018	39.398	1.547

2.14 **Comportamento do preço das quotas**

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

Capítulo VII
Do Capital Social.

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.15 **Atendimento aos associados e consumidores**

Os associados e consumidores da Cooperaliança possuem vários canais de atendimento, e conforme sua necessidade, nem é preciso sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um tele atendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de atendimento pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante os seguintes horários: das 7h45min às 12 horas e 13h30min às 18 horas, assim como nos demais setores.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal – 148, Zona Norte. O atendimento é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. Em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SN°, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

O tele atendimento da Cooperaliança funciona 24 horas (através do 0800 48 4040), em horário comercial são realizados atendimentos emergenciais, problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão, apenas atendimentos relacionados à interrupção de energia,

solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Através dele, podendo acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2° via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

3.2 Recursos Humanos

Em 2018 a concessionária investiu R$ 35 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2018	2016	%
Número de consumidores	38.050	37.102	2,55
Número de empregados	104	104	-
Número de consumidores por empregado	366	357	2,52
Número de postos de atendimento	04	04	-

3.5.2 Mercado

	2018	2017	%
Área de concessão (Km^2)	366	366	-
Demanda máxima (MW)	46,60	44,30	5,19
Distribuição direta (MWH)	208,156	199,997	4,08
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,751	1,742	0,52
Tarifas médias de fornecimento (R$ por MWH)	467,97	396,43	18,05
Residencial	583,30	469,82	24,15
Industrial	343,87	363,02	(5,27)
Comercial	525,11	439,19	19,56
Rural	409,99	322,62	27,08
Poder Público	548,53	478,23	14,70
Serviços Públicos	436,00	353,88	23,21
Iluminação Pública	334,51	255,68	30,83
Consumo próprio	562,49	299,80	87,62
DEC (horas) – Conjunto –Içara	2,83	6,61	(57,19)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	2,87	5,44	(47,24)

3.5.3 Dados Operacionais

	2018	2017	%
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição (km)	1.475	1.475	-
Capacidade instalada (MVA)	133,20	128,50	3,66

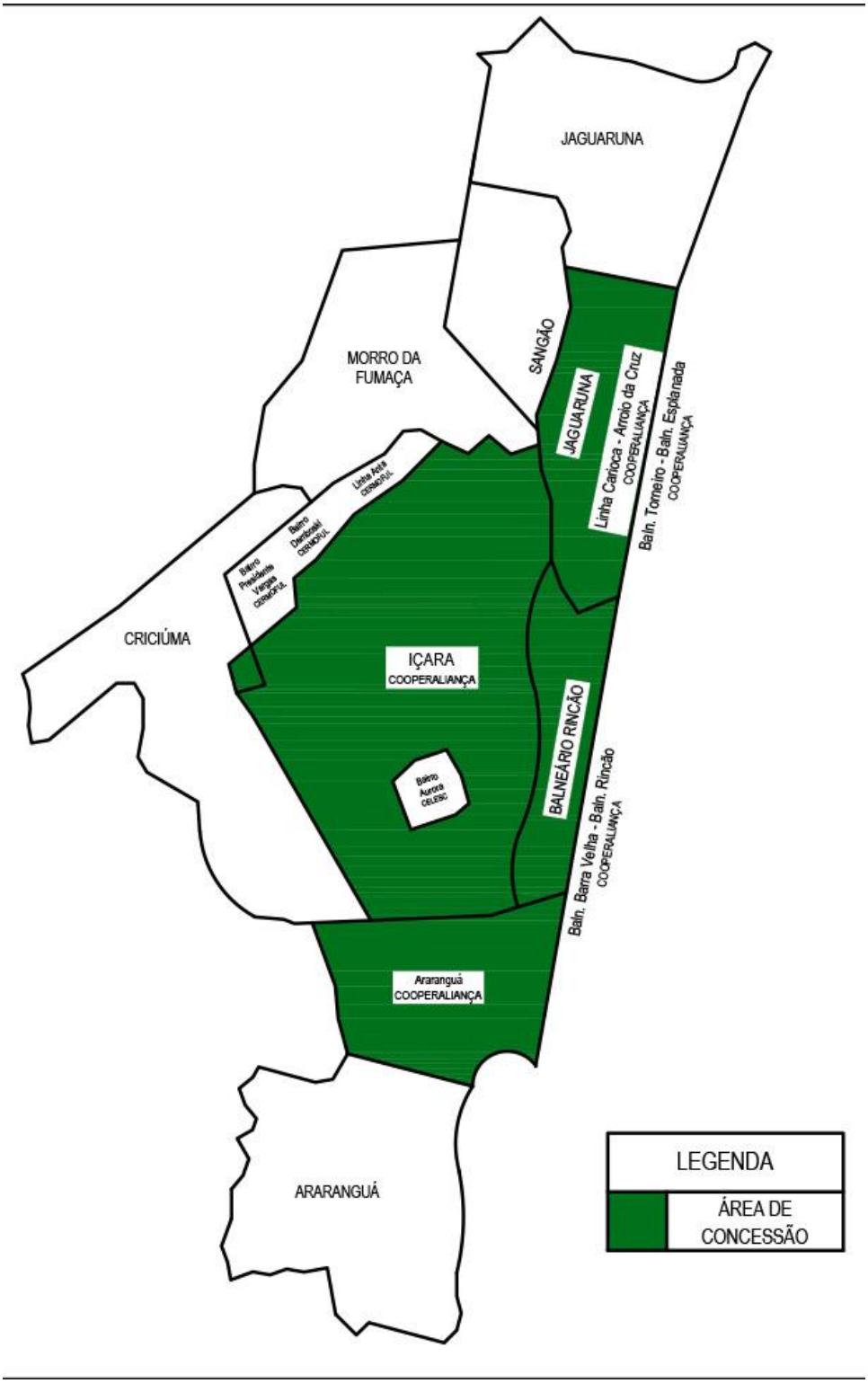
3.5.4 Dados Financeiros

	2018	2017	%
Receita operacional bruta (R$ mil)	103.221	103.773	(0,53)
Receita operacional líquida (R$ mil)	69,954	71.240	(2,22)
Margem operacional do serviço líquida (%)	67,77	68,65	(1,28)
Sobras líquidas (R$ mil)	2.221	3.454	(35,70)
Patrimônio líquido (R$ mil)	37.789	29.093	29,89
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,408	1,532	(8,09)
Em moeda nacional (%)	100	100	-

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2018	2017	%
Salário médio dos funcionários em R$	4.155	3.982	4,34
Energia comprada por funcionário em MWH	2.001	1,922	4,11
Energia comprada por Consumidor em MWH	5,31	5,38	(1,30)

3.6 **Área de concessão**



4 Desempenhos Comerciais

4.1 Construções de Redes

Tabela de redes de distribuição de energia elétrica por municípios, extensão em metros.

Município de Içara	**Redes Novas em metros**		**Melhorias em metros**	
Localidades	**5 B.T**	**6 A.T**	**7 B.T**	**8 A.T**
Poço 03	90	30	75	
Rio dos Anjos	50			
Barracão			140	
Jaqueline	70	390	235	
Lombas Pedreiras	160		25	
Marili	420	200	430	
Poço 08	30			
Boa Vista	1.570		810	770
Sanga Funda	1.120	370	280	100
Rio Acima			300	630
Presidente Vargas		20		
Linha Frasson				50
Liri	260		75	
Raichaski				
Espigão	380	350	40	40
Rio dos Anjos			25	
Linha Três Ribeirões	1.620	560	710	120
Linha Esperança	40		200	
Coqueiros	110		260	50
3ª Linha	250		1.280	1.560
2ª Linha	545		2.930	2.650
1ª Linha	1.845	760	110	
Capri			40	
Vila São José	780	210	440	390
Vila Nova	830	210	740	590
Jardim Silvana		70		
Jardim Elizabete	460		170	50
Jardim Pinheiro			30	
Centro	340	20	520	300
Arroio da Cruz				
Ausentes	160		120	
Esplanada	80	90	290	
Linha do Meio	65			
Urussanga Velha			410	410
Primeiro de Maio		20		
Barreira	40		260	130
Corda Bamba	90		380	380
Cristo Rei			100	25
Linha Zilli		10		
Rio dos Porcos Sul	30	50	115	50
Rio dos Porcos Norte			250	
Vila Alvorada	35		110	50
Tereza Cristina	1.460	600	540	540
Total em metros	**12.930**	**3.960**	**12.440**	**8.885**

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	**B.T**	**A.T**	**B.T**	**A.T**
Balneário Rincão	2.715	525	4.015	725
Vila Suíça	160		40	
Barra Velha	240	490	1875	1.900
Pedreiras	4.095	1.520	1.055	1.000
Lagoa Mãe Luzia	50			
Lagoa dos Faxinal	330	130		
Lagoa dos Freitas	50		126	
Lagoa dos Esteves	660	430	1.020	570
Total em metros	**8.300**	**3.095**	**8.131**	**4.195**

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
Localidades	**B.T**	**A.T**	**B.T**	**A.T**
Balneária Esplanada	990		1.630	100
Balneário Torneiro	1.030		170	170
Linha Carioca	505	310	50	50
Arroio da Cruz	480		810	1.140
Total em metros	**3.005**	**310**	**2.660**	**1.460**

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 7,36 km de Alta Tensão e 24,23 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 14,54 km de Alta Tensão e 23,23 km de Baixa Tensão.

8.1 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	**Implantados (kVA)**	**Ampliados (kVA)**
Centro	3-112,5, 3-112,5,	3-225 p/ 3-300
Jardim Elizabete		
Boa Vista	3-30	
Linha Três Ribeirões	3-30,	
Linha Zilli	3-75, 3-30,	
Jaqueline	3-45, 3-75, 3-75, 3-75,	
Cristo Rei		
Sanga Funda	3-75,	
Primeiro de Maio	3-112,5,	
Vila São José	3-75,	
Linha Santa Cruz	3-75,	
Primeira Linha	3-112,5,	
Jardim Silvana	3-75,	
Rio dos Anjos	3-75	
Vila Alvorada	3-30,	
Vila Nova	3-75, 3-75, 3-75	3-30 p/ 3-45, 3-30 p/ 3-45, 3-45 p/ 3-75
Poço três	3-75, 3-225,	
Tereza Cristina	3-45, 3-45	
Terceira Linha	3-30, 3-45	
Presidente Vargas	3-112,5	
Esplanada	3-30, 3-75	

Barracão	3-45, 3-45	
Linha do Meio		3-30 p/ 3-75
Marili	3-75	
Rio dos Porcos Sul	3-112,5,3-112,5, 3-150, 3-225, 3-150	3-300 p/ 3-500,3-112,5 p/ 3-225, 3-225 p/ 3-300, 3-30 p/ 3-75, 3-75 p/ 3-150, 3-112,5 p/ 3-300
Rio dos Porcos Norte	3-30, 3-30,1-10	
Barracão	3-45, 3-45,	
Total - Potência	**42 transformadores– 3160 kva**	**11 transformadores–875 kva**

Município de Bal. Rincão		
Localidades	**Implantados (KVA)**	**Ampliados (KVA)**
Balneário Rincão	3-45, 3-45, 3-45	
Lagoa dos Freitas		
Lagoa dos Esteves	3-45	
Barra Velha	3-45	
Vila Suíça	3-75	
Lombas Pedreiras		
Lagoa do Faxinal	3-75	
Pedreiras	3-30, 3-30, 3-75,	3-150 p/ 3-225,
Total - Potência	**10 transformadores – 510 kva**	**01 transformadores–75kva**

Município de Jaguaruna		
Localidades	**Implantados (KVA)**	**Ampliados (KVA)**
Balneário Torneiro		3-30 p/ 3-45,
Linha Carioca	3-30	
Balneário Esplanada		3-75 p/ 3-112,5,
Total - Potência	**01 transformadores - 30kva**	**02 transformador –52,5kva**

Neste período foram instaladas 53 novas subestações e ampliadas 14 totalizando 67 subestações em postes, aumentando a carga instalada do sistema em 4,7 MVA.

8.2 Subestação Rincão

A Subestação Rincão operou com sua Demanda máxima nos meses de janeiro e dezembro onde foram registradas 21,7 MW de demanda máxima, sinalizando obras de ampliação da mesma para o próximo ano.

Realizamos análise do óleo do transformador e inspeções térmicas nos barramentos, chaves e equipamentos, bem como toda manutenção preventiva e corretiva.

8.3 Loteamentos Melhorias

Obras de padronização do sistema de distribuição de energia elétrica nos Bairros e ampliação de cargas com instalações de novos transformadores, melhorando os indicadores de qualidade e continuidade do sistema de distribuição.

8.4 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica

Transferência 5,5 MW demanda da Subestação Rincão para Subestação Içara, entres os alimentadores RAO 01 e IÇA 02, nas localidades Esplanada, Balneário Esplanada e áreas do município de Jaguaruna, para evitar ultrapassagem de Demanda.

8.5 **Vistorias nas Unidades Consumidoras**

Realizamos 3.223 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.

8.6 **Iluminação Pública**

A Cooperaliança executou os serviços de iluminação pública no município de Içara conforme contrato, os demais municípios ficaram sobre responsabilidades das prefeituras.

8.7 **Plantão 24 horas**

A Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 3.456 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica. Os consumidores foram orientados nos procedimentos de instalações elétricas com referência as normas.

8.8 **Análise de Projetos Elétricos.**

Neste período foram analisados 332 projetos sendo, 286 residências, 27comerciais, 07 indústrias e 12 loteamentos. Orientamos os consumidores com relações as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétricas, analisando as cargas instaladas na rede de distribuição de energia elétrica com relação á qualidade no fornecimento.

8.9 **Balanço Energético - Janeiro/2018 a Dezembro/201**

Durante o período a Cooperaliança adquiriu da supridora Celesc um total de 222,1 Gwh/ano e distribuiu 208,1 Gwh/ano, totalizando 13,9 Gwh/ano de perdas anuais representando 6,3 %.

8.10 **Conclusão:**

O crescimento do sistema de distribuição de energia elétrica está sinalizando obras de ampliação nas subestações e alimentadores para atendimento do mercado.

Neste exercício realizamos várias obras no sistema de distribuição de energia e ampliação de cargas, melhorando os indicadores de qualidade e continuidade, diminuindo as perdas do sistema de distribuição, com investimentos em novas tecnologias modernizando o sistema de faturamento de energia do grupo “A” com tele medição e fiscalizações nas unidades consumidoras.

A Subestação Rincão apresentou carregamento de 82 % no período de verão, executamos transferência de cargas para subestação Içara para ajustar demanda contratada do sistema de distribuição.

5 Planejamentos de Atividades – 2019

O sistema de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança é composto por nove circuitos e duas Subestações para atendimento dos consumidores.

Com crescimento da demanda e o aumento no consumo de energia, deverá ser executado obras de ampliação da Subestação Rincão com a instalação de um novo transformador de força, bem como a ampliação em novos alimentadores, melhorando os sistemas de distribuição e redução nas perdas e proporcionando transferência de cargas entre os alimentadores. Onde podemos destacar os seguintes itens:

5.1 Suprimento de Energia

Os contratos de demanda e energia elétrica para o mercado da Cooperaliança com a supridora Celesc, para os dois pontos de atendimentos, localizado na Subestação no Bairro Jaqueline em Içara.

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema distribuição de energia elétrica é composto por uma malha de 1.475 km de extensão divididos em 1.489 circuitos de baixa tensão.

Com as necessidades de ampliações de redes e novas cargas para atendimentos aos novos consumidores são necessárias divisão de circuitos, manutenções preventivas, corretivas e inspeções térmicas dos circuitos de distribuição.

Na Subestação Rincão são necessárias manutenções periódicas, inspeções térmicas e análise do óleo do transformador de força.

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores

Obras de expansão e ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica em atendimento ao mercado, possibilitando transferência de cargas entre os alimentadores e melhorando o fluxo de energia elétrica.

As obras abaixo fazem parte da modernização do sistema de distribuição.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R$	Justificativa
1	SE Rincão	Alimentador Rao4 Sanga Funda / Vila Nova extensão 2 km	180	Ampliações e recondutoramento.
2	SE Rincão	Novo alimentador Rao4 - Sanga Funda / Barracão extensão 5 Km	320	Ampliação de cargas
3	SE Içara	Alimentador Liri - extenão 01 Km	120	Ampliação de cargas
4	SE Içara	Alimentador Iça 04 – centro de Içara – extensão 1,5 KM	230	Ampliação de cargas
5	SE Içara - Rincão	Ampliações / redes Alta Tensão Bal Rincão nos Bairros	280	Ampliações de cargas e divisão de circuitos para manobras de cargas
6	SE Rincão	Boa Vista / Rod Jorge Fortulino	70	Troca cabo Alta Tensão
7	SE Rincão	Alimentador Rao4 Rua 63 até Rod. Jorge Fortulino	120	Novo circuito de distribuição de energia elétrica
	Total		**1.320**	

5.3 **Planejamento: Rede Baixa Tensão**

Obras que fazem parte das ampliações do sistema de distribuição de energia elétrica necessárias para atendimentos dos novos consumidores e ampliações de disponibilidades de cargas.

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R$	Justificativa
1	40	Divisão de circuitos elétrico – recondutoramento – redes baixa tensão	800	Instalações de novos transformadores.
1	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	480	Manutenções corretivas e preventivas.
	Total		1.280	

5.4 **Aquisição de Equipamentos**

Equipamentos necessários para atendimento ao mercado de energia, conforme resolução da Aneel.

Quantidade	Tipo	Total R$	Justificativa
40	Transformadores	280	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
1.500	Medidores de Energia	250	Atender ao crescimento de mercado
Total		530	

TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R$ 3.130.000,00 (Três milhões cento e trinta mil reais)

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A Müller Eyng Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2018.

7 AGRADECIMENTOS

Findamos mais um ano de grandes conquistas e não poderia deixar de ao fim de mais uma etapa de sucesso agradecer à cada um que se dedicou para levar o melhor aos mais de 39 mil associados da Cooperaliança. Hoje entregamos energia com preço justo e excelência para quatro municípios e isso só é possível graças ao emprenho e dedicação de cada colaborador, membros da diretoria, conselheiros fiscais e também delegados junto a Fecoerusc.

Neste momento, além de lembrar o ano de sucesso, gostaria de agradecer todos aqueles que estiveram comigo ao longo da gestão na Cooperaliança. Foram seis anos de muito trabalho para fazer da Aliança uma cooperativa que desse orgulho à cada consumidor.

Ao longo do período conseguimos realizar grandes ações como a implantação da fatura instantânea, o investimento de mais de 23 milhões em redes e, claro, a histórica redução tarifária em mais de 24%. Por isso, estendo aqui os meus mais sinceros desejos de sucesso para o seguimento do trabalho, afinal, todos aqueles que dispõe do nosso trabalho merecem o melhor.

Gostaria de deixar aqui registrado em especial o carinho com que cada colaborador tem ao efetuar sua missão diária, aos nossos diretores, membros do Conselho Fiscal que passaram nesse tempo, delegados da Fecoerusc. Não posso esquecer dos nossos fornecedores, que suprem as necessidades para seguirmos em um patamar elevado de atendimento, a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, responsável pela regulação do nosso trabalho e os consumidores que são a energia dos trabalhos e para eles que a Cooperaliança acontece!

Jorge Rodrigues
Presidente

Cleber Luiz Oliveira da Silva
Secretário

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2018	2017
ATIVO	Notas		
Circulante		**34.663**	**24.577**
Numerário disponível	5	926	1.036
Aplicações no mercado aberto	6	260	319
Numerário em transito	5.1	344	226
Consumidores	7	18.217	19.058
Rendas a receber	8	302	264
Tributos a compensar	9	670	1.751
Outros créditos	10	1.529	1.590
Subsídios tarifários e redução tarifária	11	9.499	2.207
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(4.853)	(4.790)
Estoque	13	317	130
Serviços em curso	14	1.238	1.250
Despesas pagas antecipadamente	15	14	17
Ativos Financeiros Setoriais	16	6.200	1.519
Não Circulante		**56.330**	**49.088**
Realizável a longo prazo		**2.559**	**2.496**
Tributos a compensar	9	88	110
Consumidores	7	1.406	1.406
Outros créditos	10	66	79
Ativo indenizável (concessão)	19	966	868
Depósitos judiciais	17	33	33
Investimentos	18	2.142	2.152
Intangível	19	51.629	44.440
Participação financeira do consumidor	32	-	-
TOTAL DO ATIVO		**90.993**	**73.665**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2018	2017
	Notas		
PASSIVO			
Circulante		**47.129**	**37.886**
Fornecedores	20	17.813	18.450
Folha de pagamento	21	262	268
Tributos e contribuições sociais	22	4.471	1.469
Empréstimos e financiamentos	23	5.270	6.087
Credores diversos	24	1.758	2.878
Passivos Financeiros Setoriais	25	11.128	2.896
Obrigações estimadas	26	815	796
Encargos do consumidor a recolher	27	1.637	1.394
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiencia energetica	28	3.506	3.206
Outras contas a pagar	29	469	442
Não Circulante		**6.075**	**6.686**
Empréstimos e financiamentos	23	451	2.138
Provisões para contingências	31	1.668	1.487
Participação financeira do consumidor	32	3.956	3.061
Patrimônio líquido		**37.789**	**29.093**
Capital social	34.1	1.547	1.463
Reservas de capital	34.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	34.3	7.627	1.714
Reservas de sobras	34.4	7.346	7.061
Fundo de assistencia tecnica educacional e social	34.4	195	289
Reserva para geração de energia	34,4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	34,4	17.649	14.920
Fundo de expansão da sede social	34,4	371	371
Sobras a Disposição da AGO	34.4	1.033	1.254
TOTAL DO PASSIVO		**90.993**	**73.665**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2018	2017
	Notas		
Receita Operacional		**103.221**	**103.773**
Fornecimento de energia elétrica	35.1	23.633	33.024
Uso do sistema de distribuição	35.2	50.725	48.510
Fornecimento não Faturado	35.3	(209)	(1.162)
Fornecimento - Diferimento ou Devolução		(3.703)	(380)
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos		1.524	
Consumidores Livres	35.4	11.893	12.491
Doações, contribuições e subvenções	35.5	18.984	10.962
Serviços e outras receitas	35.6	374	328
(-) Deduções da receita operacional		**33.267**	**32.533**
ICMS	36.1	20.503	22.366
PIS-PASEP	36.1	125	127
COFINS	36.1	576	584
ISSQN	36.1	13	36
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	36.2	11.536	8.363
Receitas de Ultrapassagens	36.3	514	1.057
(=)Receita operacional líquida		**69.954**	**71.240**
(-) Custo do serviço de energia elétrica		**71.587**	**69.081**
Energia elétrica comprada para revenda	37	39.185	40.722
Encargo de uso do sistema de distribuição	38	10.552	7.303
Custo de operação		**21.850**	**21.056**
Pessoal e administradores	39	7.717	7.856
Material		1.941	897
Serviços de terceiros		2.678	3.356
Depreciação e amortização		3.167	2.538
Custo de construção		6.100	5.373
Provisões		247	1.036
(=) Sobra/Perda Bruta		**(1.633)**	**2.159**
(+) Receitas operacionais		**7.141**	**6.423**
Receitas operacionais		7.141	6.423
(-) Despesas operacionais		**1.465**	**1.488**
Outras despesas operacionais		1.465	1.488
(=)Resultado do serviço		**4.043**	**7.094**
(+/-)Receita (despesa) financeira		**(1.822)**	**(3.619)**
Receitas financeiras	40	1.372	1.552
Despesas financeiras	40	3.194	5.171
(=)Resultado operacional		**2.221**	**3.475**
(=) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda		**2.221**	**3.475**
(-) Contribuição social		-	8
(-) Imposto de renda		-	13
(=) Sobras/Perda do exercício		**2.221**	**3.454**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	**85.247**	**17.974**	**103.221**
Fornecimento de energia elétrica	18.253	5.380	23.633
Uso do sistema de distribuição	41.600	9.125	50.725
Fornecimento não Faturado	(234)	25	(209)
Cosumidores Livres	11.893	-	11.893
Fornecimento - Diferimento ou Devolução	(3.004)	(699)	(3.703)
Fornecimento - Demais Ativos e Pssivos	1.227	297	1.524
Serviços e outras receitas	235	139	374
Doações, Contribuições e Subvenções	15.277	3.707	18.984
(-) Deduções da receita operacional	**26.701**	**6.566**	**33.267**
ICMS	16.815	3.688	20.503
PIS-PASEP	-	125	125
COFINS	-	576	576
ISS	11	2	13
Encargos do Consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	9.461	2.075	11.536
Receita de Ultrapassagens	414	100	514
(=) Receita operacional líquida	**58.546**	**11.408**	**69.954**
(-) Custo do serviço de energia elétrica	**58.711**	**12.876**	**71.587**
Energia elétrica comprada para revenda	32.137	7.048	39.185
Encargo de uso do sistema de distribuição	8.654	1.898	10.552
Custo de operação	**17.920**	**3.930**	**21.850**
Pessoal e administradores	6.329	1.388	7.717
Material	1.592	349	1.941
Serviços de terceiros	2.196	482	2.678
Depreciação e amortização	2.597	570	3.167
Custo de Construção	5.003	1.097	6.100
Provisões	203	44	247
(=) Sobra Bruta	**(165)**	**(1.468)**	**(1.633)**
(+) Receitas operacionais	**5.221**	**1.920**	**7.141**
Receitas operacionais	5.221	1.920	7.141
(-) Despesas operacionais	**1.202**	**263**	**1.465**
Outras despesas operacionais	1.202	263	1.465
(=) Resultado do serviço	**3.854**	**189**	**4.043**
(+/-) Receita (despesa/financeira	**(1.494)**	**(328)**	**(1.822)**
Receita financeira	1.125	247	1.372
Despesa financeira	2.619	575	3.194
(=) Resultado operacional	**2.360**	**(139)**	**2.221**
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	**2.360**	**(139)**	**2.221**
(-) Contribuição Social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras do exercício	**2.360**	**(139)**	**2.221**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias
Exercícicios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	**2.221**	**3.454**
(+/-) Resultado Abrangentes	**730**	**217**
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	10	-
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Associados)	590	177
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Terceiros)	130	40
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**2.951**	**3.671**
RESULTADOS COM TERCEIROS	**(10)**	**89**
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	(139)	49
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não Associados)	129	40
Base para Destinações Legais e Estatutárias	**2.951**	**3.582**
Fundo de Reserva - Art. 46, inc.a - Estatuto Social - 10%	295	358
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	148	179
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	1.475	1.791
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	-	89
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	**1.033**	**1.254**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

DEMONSTRAÇAO DAS MUTAÇOES DO PATRIMONIO LIQUIDO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Legislação societária

	Capital Social	Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros					Saldo a disposição da AGO	Total
				Reserva de sobra	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos	Fundo de expansão da sede social		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**1.406**	**873**	**1.546**	**6.703**	**1.148**	**85**	**12.774**	**371**	**355**	**25.261**
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de Quotas	57									57
Capital a Integralizar										-
Realização de reservas/fundos			(637)			(65)			217	(485)
Aumento nas reservas			805				355		(355)	805
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									3.406	3.406
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									49	49
Destinações estatutárias:										-
Fundo de reserva				358					(358)	-
Fates						268			(268)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição							1.791		(1.791)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.463**	**873**	**1.714**	**7.061**	**1.148**	**289**	**14.920**	**371**	**1.254**	**29.093**
Capital Social										
Integralização das Sobras	-									-
Integralização de Quotas	89									89
Capital a Integralizar	(5)									(5)
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas/fundos			(1.254)	(10)		(242)			730	(776)
Aumento nas reservas			7.167	-			1.254		(1.254)	7.167
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									2.360	2.360
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									(139)	(139)
Destinações estatutárias:										-
Fundo de reserva				295					(295)	-
Fates						148			(148)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição							1.475		(1.475)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.547**	**873**	**7.627**	**7.346**	**1.148**	**195**	**17.649**	**371**	**1.033**	**37.789**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.018	2.017
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	**2.221**	**3.454**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	**63**	**894**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63	894
Resultado Ajustado do Exercício	**2.284**	**4.348**
Redução (aumento) nos ativos operacionais	**(10.165)**	**(2.272)**
Consumidores	841	(483)
Rendas a receber	(38)	-
Tributos a compensar	1.103	(396)
Outros créditos	74	(172)
Estoques	(187)	83
Premios de seguros	3	4
Serviço em curso	12	(660)
Subsídios tarifários e redução tarifária	(7.292)	(1.551)
Ativos financeiros setoriais	(4.681)	903
Aumento(redução) no passivo circulante	**11.136**	**1.430**
Fornecedores	(637)	6.621
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(6)	35
Tributos e contribuições sociais	3.002	(2.043)
Credores diversos	(1.120)	(946)
Obrigações estimadas	19	53
Encargos do consumidor a recolher	243	(1.718)
Outras contas a pagar	27	(161)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	300	627
Provisão para contingencias	181	(92)
Participação financeira do consumidor	895	1.011
Passivos financeiros setoriais	8.232	(1.957)
Caixa oriundo das atividades operacionais	**3.255**	**3.506**
Atividades de investimento		
Aumento (Redução) nos investimentos	10	(7)
Ativo indenizável (concessão)	(98)	(17)
Aplicações no intangível	(7.189)	(1.637)
Total das atividades de Investimento	**(7.277)**	**(1.661)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	84	57
Reservas de capital	(10)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Regulatória)	6.643	385
Redução da reserva de fates	(242)	(64)
Emprestimos e financiamentos	(2.504)	(2.570)
Total das atividades de Financiamento	**3.971**	**(2.192)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	**(51)**	**(347)**
Saldo inicial de caixa	1.581	1.928
Saldo final de caixa	1.530	1.581
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**(51)**	**(347)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA - dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Receitas	**109.600**	**108.103**
Venda de energia e serviços	31.614	44.301
Uso do sitema de distribuição	50.725	48.510
Receita de construção	6.100	5.373
Locação de postes	801	798
Doações, Contribuições e Subvenções	18.984	10.962
Serviços e outras receitas	613	252
Fornecimento - Demais Ativos e Passivos	1.524	
Receitas de ultrapassagens	(514)	(1.057)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(247)	(1.036)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**61.921**	**59.139**
Insumos consumidos	49.737	48.025
Serviços de terceiros	2.678	3.356
Materiais	1.941	897
Custo de construção	6.100	5.373
Outros	1.465	1.488
(=)Valor adicionado bruto	**47.679**	**48.964**
(-) Quotas de reintegração	**3.167**	**2.538**
Depreciação, amortização e exaustão	3.167	2.538
(=)Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**44.512**	**46.426**
(+)Valor adicionado recebido em transferência	**1.372**	**1.552**
Receitas financeiras	1.372	1.552
(=)Valor adicionado total a distribuir	**45.884**	**47.978**
Distribuição do valor adicionado	**45.884**	**47.978**
Pessoal	**6.738**	**6.720**
Remuneração direta	5.003	4.978
Auxílio alimentação	588	564
Assistência médica/Plano de saúde	328	325
Encargos sociais exceto INSS	756	799
Outros	63	54
Governo	**33.731**	**32.633**
Federais	**13.215**	**10.231**
INSS (Folha de pagamento)	978	1.136
Imposto de renda e Contribuição social	-	21
PIS/COFINS	701	711
Encargos do consumidor	11.536	8.363
Estaduais	**20.503**	**22.366**
ICMS	20.503	22.366
Municipais	**13**	**36**
ISSQN	13	36
Remuneração de capital de terceiros	**3.194**	**5.171**
Outras despesas financeiras	3.194	5.171
Remuneração de capitais próprios	**2.221**	**3.454**
Sobras/Perdas do exercício	2.221	3.454
Valor adicionado (médio) por empregado	**441**	**461**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71.Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna, atendendo a 38.040 consumidores cativos e 10 consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accouting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações

econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Ao final de cada período a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL emite despachos que são levados em consideração para a adequada apresentação destas demonstrações. Para o exercício de 2017 a ANEEL emitiu o despacho de encerramento n° 4.356/2017. Até a apuração e publicação das demonstrações contábeis de 2018 não foram publicados despachos de encerramento.

A) **Base de Mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) **Estimativas Contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Permissionária não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Permissionária gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

A concessionaria possui os seguintes ativos e passivos financeiros básicos não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa, depósitos bancários a vista e numerários em trânsito, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos

encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

DERIVATIVOS: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.
A Concessionária não mantém operação com instrumentos financeiros derivativos ao final do exercício.

B) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

C) CONSUMIDORES A RECEBER

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) SUBSÍDIOS ELETROBRÁS A RECEBER

Nos termos do inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438/2002, e conforme dispõe o Decreto nº 7.891/2013, a CDE, além de suas demais finalidades, deve custear descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos: geradores e consumidores de fonte incentivada; serviço de irrigação e aquicultura em horário especial; serviço público de água esgoto e saneamento; distribuidoras com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano; classe rural; subclasse cooperativa de eletrificação rural e; serviço público de irrigação.

E, conforme o artigo 3º do Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.022/2017, o Gestor da CDE, que é a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, deve repassar o montante mensal de recursos da CDE a cada distribuidora visando custear os referidos descontos tarifários retirados da estrutura tarifária. Para definição dos valores mensais dos subsídios a serem repassados, a SGT deve utilizar o mercado considerado no período de referência deste processo tarifário.

A tabela abaixo (*Tab. 15 da NT nº 196/2018-SGT/ANEEL 15/08/2018*) apresenta o valor mensal a ser repassado pela CCEE à distribuidora no período de competência de agosto/2018 a julho/2019, até o 10º dia útil do mês subsequente. Esse valor contempla também o ajuste referente à diferença entre os valores previstos e realizados no período de agosto/2017 a julho/2018, bem como o ajuste referente a diferença retroativa de desconto na TE de suprimento da Celesc de 20,88% para 41,35%.

Tabela 15: Valores dos subsídios que serão repassados pela CCEE

TIPO	Ajuste (R$)	Previsão (R$)	Valor Mensal (R$)
Subsídio Carga Fonte Incentivada	- 51.544,23	265.166,56	213.622,33
Subsídio Distribuição	835.152,80	-	835.152,80
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	- 1.171,56	9.046,27	7.874,71
Subsídio Rural	730,78	130.111,43	130.842,21
Subsídio Irrigante/Aquicultor	- 175,49	98,38 -	77,11
Total	**782.992,30**	**404.422,64**	**1.187.414,94**

E) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (REGULATÓRIOS)

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no

processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica n° 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis societárias das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “12” e “24” respectivamente, a partir desta data.

No período de 2018 foram homologados os seguintes valores de componentes financeiros conforme homologado no reajuste tarifário. (*Tab. 14 da NT nº 196/2018-SGT/ANEEL 15/08/2018*)

Tabela 14: Componentes Financeiros

COMPONENTES FINANCEIROS		Valor (R$)
CVA em processamento - Energia		1.405.513,97
CVA em processamento - Encargos Setoriais		483.875,43
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	-	90.848,66
Neutralidade de Parcela A- Energia		3.025.092,11
Neutralidade de Parcela A - Transporte		589.095,87
Neutralidade de Parcela A - Encargos Setoriais	-	1.709.083,12
Ajuste CUSD		84.508,53
Ressarcimento de P&D	-	660.013,92
Diferença entre desconto de 41,35% e 20,88% na TE entre 29/08/2017 e 28/08/2018. - Energia de revenda	-	9.105.122,39
Diferença entre desconto de 41,35% e 20,88% na TE entre 29/08/2017 e 28/08/2018. - Energia PNT	-	10.712,25
Diferença entre desconto de 41,35% e 20,88% na TE entre 29/08/2017 e 28/08/2018. - Energia PT	-	905.998,97
Total	-	**6.893.693,39**

H) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2017/2018, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento de valores positivos no ativo imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

J) INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010,

que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

K) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

• Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

• Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R$ 0,010 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

• Bandeira vermelha – Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R$ 0,030 para cada quilowatt-hora kWh consumido;

• Bandeira vermelha – Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R$ 0,050 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

L) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o

alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

M) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores de energia a receber e outros créditos.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores e outros débitos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário disponível	**2018**	**2017**
Caixa	3	2
Bancos	923	1.034
TOTAL	**926**	**1.036**

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	**2018**	**2017**
Numerário	344	226
TOTAL	**344**	**226**

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	**Tipo de aplicação**	**Vencimento**	Remuneração	**2018**	**2017**
Bradesco S/A	CDB	diário	5% CDI	4	101
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	-	6
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	Variável	172	163
TOTAL				**260**	**319**

7) CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	**2018**	**2017**
Faturados	38.050	37.102
TOTAL	**38.050**	**37.102**

a) Composições das contas a receber

	Legislação societária							
					Provisão para Devedores duvidosos		**Saldo**	
Consumidor	**Vincendos**	**Vencidos até 90 dias**	**Vencidos há mais de 90 dias**	**Total**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Residencial	2.451	717	548	**3.716**	(549)	(626)	3.167	2.522
Industrial	1.711	432	2.114	**4.257**	(2.331)	(2.355)	1.926	2.890
Comercial	1.564	342	551	**2.457**	(505)	(471)	1.952	1.956
Rural	562	158	89	**809**	(85)	(91)	724	686
Poder público	86	-	8	**94**	(7)	(7)	87	66

Iluminação pública	307	-	137	**444**	(137)	(137)	307	386
Serviço público	77	-	-	**77**	-	-	77	66
Renda não faturada	2.175	-	-	**2.175**	-	-	2.175	2.384
Subtotal - consumidores	**8.933**	**1.649**	**3.447**	**14.029**	**(3.614)**	**(3.687)**	**10.415**	**10.956**
Serviço taxado	31	20	31	**82**	(30)	(29)	52	44
Participação financeira	-	-	4	**4**	(4)	-	-	4
Parcelamentos	294	295	670	**1.259**	(423)	(411)	836	824
Encargo de capacidade	-	-	8	**8**	-	-	8	8
Desconto TUSD cons. Livre	2.835	-	-	**2.835**	-	-	2.835	3.095
TOTAL - CIRCULANTE	**12.093**	**1.964**	**4.160**	**18.217**	**(4.071)**	**(4.127)**	**14.146**	**14.931**
Parcelamentos	-	-	-	**-**	-	-	-	-
Industrial	-	-	1.406	**1.406**	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**1.406**	**1.406**	**-**	**-**	**1.406**	**1.406**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o beneficio aos consumidores da classe residencial baixa renda.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos

progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 431/2011 e nº 572/2013.

8) RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
Outras Rendas	**2018**	**2017**
Multas p/ atraso	137	115
Tarifa de correio	10	10
Juros de mora	79	74
Custo Administrativo	31	26
Atualização monetária	35	23
Renda de serviço de arrecadação	10	16
TOTAL	**302**	**264**

9) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
ICMS sobre o ativo imobilizado	81	92
ICMS (faturas cancelados)	230	1.373
COFINS	-	-
Saldo negativo de CSLL	94	72
IRRF	89	71
Saldo negativo de IRPJ	176	143
TOTAL	**670**	**1.751**

Não circulante

	Legislação Societária	
NÃO CIRCULANTE	**2018**	**2017**
ICMS sobre ativo imobilizado	88	110
TOTAL	**88**	**110**

10)OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Empregados	52	79
Serviços prestados a terceiros	95	95
Equipamentos em poder de terceiros	358	400
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	6
Parcelamento	527	568
Cheques em cobrança	79	79
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	304	259
Cheques sem Custódia	8	8
Desativações em Curso	67	63
Outros	33	33
TOTAL	**1.529**	**1.590**

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Consórcio Nacional Volkswagen	29	42
Empregados	37	37
TOTAL	**66**	**79**

11)DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Subsídios tarifários e redução da tarifária	9.499	2.207
TOTAL	**9.499**	**2.207**

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de

2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº2.440, de 21 de agosto de 2018, e nota técnica nº 196/2018 – SGT/ANEEL.

12) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Provisão para devedores duvidosos	4.071	4.126
Provisão PCLD – outros Créditos	565	565
Provisão PCLD – rendas a receber	217	99
TOTAL	**4.853**	**4.790**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução normativa nº. 605, de 11 de março de 2014, item 6.3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

13) ESTOQUE

Material	**Legislação Societária**	
	2018	**2017**
Almoxarifado em serviço	75	48
Almoxarifado Sucata	79	79
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	-	-
Adiantamento a fornecedores	163	3
TOTAL	**317**	**130**

14)SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
Serviços prestados a terceiros	**2018**	**2017**
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	513	341
Programa de Eficiência Energética – PEE	725	908
Serviços de Manutenção em Linhas e Redes	-	1
TOTAL	**1.238**	**1.250**

15) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Seguros de equipamentos	14	9
Seguros de veículos	-	8
TOTAL	**14**	**17**

16)CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
CVA-CDE	1.299	18
CVA-PROINFA	35	17
CVA-Compra de Energia	1.907	1.484
Neutralidade da Parcela A	2.959	-
TOTAL	**6.200**	**1.519**

17)DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Trabalhistas	33	33
TOTAL	**33**	**33**

18)INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2018	**2017**
Fecoerusc Ltda.	-	35
Credija – Sicoob – SC	12	13

	Legislação societária	
	2018	**2017**
Unicred	4	4
Acicred	33	26
Cresdisulca	3	3
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
Maquinas e Equipamentos	20	2
TOTAL	**2.142**	**2.152**

19)IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

		2017	Adições (Depreciação)	Baixas	2018
Imobilizado	Ajuste de avaliação patrimonial	7.123	15.386	0	22.509
	Edificações	2.283	0	0	2.283
	Licenças e softwares	-84	0	0	-84
	Maquinas e equipamentos	63.457	5.374	-1.358	67.473
	Moveis e utensilios	420	9	0	429
	Veiculos	914	103	0	1.017
	Intangíveis	300	0	0	300
	Sistemas e outros	484	0	0	484
	Terrenos	2.431	0	0	2.431
	Servidões	300	0	0	300
Imobilizado Total		**77.629**	**20.872**	**-1.358**	**97.142**
Depreciação	Ajuste de avaliação patrimonial	-13.164	-9.473	0	-22.637
	Edificações	-691	-65	0	-757
	Licenças e softwares	-183	-10	0	-193
	Maquinas e equipamentos	-19.840	-2.316	471	-21.685
	Moveis e utensilios	-201	-19	0	-219
	Veiculos	-588	-79	0	-667
		0	0	0	0
Depreciação Total		**-34.667**	**-11.962**	**471**	**-46.159**
	Contas em Curso	2.346	19.003	-19.739	1.611
Contas em Curso Total		**2.346**	**19.003**	**-19.739**	**1.611**
Total Geral		**45.308**	**27.913**	**-20.626**	**52.595**

	R$ (Mil)
Ativo Indenizável (Concessão)	966
Intangível	51.629
Total	**52.595**
Ativo imobilizado (Regulatório)	**52.595**

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A concessão não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens

reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

INTANGÍVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

20) FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2018	**2017**
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	14.953	15.046
Materiais e serviços	2.860	3.404
TOTAL	**17,813**	**18.450**

21) FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2018	**2017**
Diretores	13	13
Empregados	200	214
Pensões Judiciais descontadas	2	2
Sindicato	3	3
Convênios/repasses descontados dos funcionários	44	36
TOTAL	**262**	**268**

22) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Legislação Societária	
Circulante	**2018**	**2017**
ICMS normal	1.574	167
ICMS parcelamentos	2.302	758
Imposto de renda	171	129
PIS a recolher	12	12
COFINS a recolher	58	55
ISS – Imposto Sobre Serviço	1	7
INSS empresa	92	101
INSS autônomos	4	4
FGTS	52	51
INSS prestadores de serviços	24	24
PIS	7	8
Contribuição social	70	50
Contribuição Social - Empregados	39	39
Imposto de Renda - Empregados	62	61
Contribuição Social – Diretor	3	3
TOTAL	**4.471**	**1.469**

23) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a. CIRCULANTE

					Legislação Societária	
Instituição Financeira	**Contrato**	**Garantias**	**Taxa juros**	**Vcto**	**2018**	**2017**
Caixa Econômica Federal	**20.1785.737.000008-94**	**3**	**0,44%+cdi**	18/02/2019	345	1.167
Sicred Coop. Crédito	**B50331366-0**	**2**	**0,92% +cdi**	13/05/2018	1.196	1.140
Banco Reg. Desenv. Ext. -BRDE	**21.360**	**3**	**4,5% a.a**	15/04/2020	177	174
Banco Reg. Desenv. Ext. – BRDE (W2)	**21.359**	**3 e 4**	**4,9% a.a + TJLP**	15/04/2020	1.186	1.165
Banco Safra	**147002103308**	**2**	**1,74% a.m**	02/05/2019	886	1.969
Banco Safra	**Ch especial**	**3**	**6,95% a.m**		800	0
Banco Santander	**0006990**	**2**	**1,55% a.m**	29/12/2018	46	373
Banco Itaú (W1)	**Ch especial**	**3**	**6,40 % a.m**		437	-

Bradesco S/A (W1)	**Ch especial**	**3**	**1,69 % a.m**		197	99
TOTAL					**5.270**	**6.087**

b. NÃO CIRCULANTE

					Legislação Societária	
NÃO CIRCULANTE	**Contrato**	**Garantias**	**Taxa juros**	**Vcto**	**2018**	**2017**
Caixa Econômica Federal	**20.1785.737.000008-94**	**3**	**0,44%+cdi**	18/02/2019	-	261
Banco Safra	**147002103308**	**2**	**1,74% a.m**	02/05/2019	-	74
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	**21360**	**3**	**4,5% a.a**	**15/04/2020**	59	234
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	**21359**	**3 e 4**	**4,9% a.a + TJLP**	**15/04/2020**	392	1.569
TOTAL					**451**	**2.138**

GARANTIAS

1 – Caução

2 – Aval

3 – Alienação fiduciária

4 – Hipoteca

W1 – Saldo negativo em contas correntes

W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	**Hipoteca**	**Localização**	**M²**	**Matricula**
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

24) CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Consumidores	372	80
Créditos de ICMS	969	2.176
Recuperação Judicial	50	45
Fecoerusc	3	6
Cheques a Compensar	-	156
Outros créditos	364	415
TOTAL	**1.758**	**2.878**

25) PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
CVA-Proinfa	-	68
CVA - CDE	-	1.452
Passivo Regulatório	1.376	1.376
Neutralidade da Parcela A	1.440	-
Subsidio Distribuição	8.312	-
TOTAL	**11.128**	**2.896**

26) OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Folha de pagamento	815	796
TOTAL	**815**	**796**

27) ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
PROINFA	-	118
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	384	1.228
Encargos tarifários	48	48

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.205	
TOTAL	**1.637**	**1.394**

28) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	28	25
Pesquisa e desenvolvimento – MME	14	13
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	1.073	897
Programa de Eficiência Energética	2.391	2.271
TOTAL	**3.506**	**3.206**

29) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Encargos tarifários		
Convênios	30	18
Taxa de fiscalização	9	-
Cosip	420	414
Outras	10	10
TOTAL	**469**	**442**

30) CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS.

A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

31) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Valor da Provisão		2018	Valor da Provisão		2017
Contingência	**No Exercício**	**Acumulada**	**Depósitos Judiciais**	**No Exercício**	**Acumulada**	**Depósitos Judiciais**
Fiscais						
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
Subtotal	**-**	**1.295**	**-**	**-**	**1.295**	**-**
	Valor da Provisão		**2018**	**Valor da Provisão**		**2017**
Contingência	**No Exercício**	**Acumulada**	**Depósitos Judiciais**	**No Exercício**	**Acumulada**	**Depósitos Judiciais**
Trabalhistas						
Ações	181	373	33	91	192	33
Subtotal	**181**	**373**	**33**	**91**	**192**	**33**
Regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TOTAL	**181**	**1.668**	**33**	**91**	**1.487**	**33**

a. Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

b. Trabalhistas

Encontra-se em andamento reclamatórias cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçadas pela assessoria jurídica, aproxima-se de R$ 474 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como “Prováveis”, chegam ao valor de R$ 373 mil reais,

dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

32) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

			Legislação Societária	
Participação Financeira do Consumidor	**Custo Histórico**	**Depreciação e amortização acumulada**	**2018**	**2017**
			Valor Líquido	**Valor Líquido**
Distribuição	804	(110)	694	287
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(37)	102	107
Programa de Eficiência Energética	54	(13)	41	43
Pesquisa e Desenvolvimento	531	(99)	432	452
Ultrapassagens de Demanda e Reativo	2.687	-	2.687	2.172
TOTAL	**4.217**	**(259)**	**3.956**	**3.061**

33) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2018, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	**Valor**
Ajustes de exercício anteriores		
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		720
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		10
Sobras líquidas do exercício		2.221
Total das sobras/perdas		**2.951**
Resultado com associados		2.360
Resultado com não associados		(139)
Resultado do exercício		**2.221**
Base para destinações legais e estatutárias		**2.951**
Fundo de reserva legal	10%	295
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	148
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	1.475
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	
Total das destinações estatutárias		**1.918**
Sobras à disposição da AGO		**1.033**

34) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

34.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 1.547, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Capital Subscrito	1.609	1.520
(-) Capital a Integralizar	(62)	(57)
TOTAL	**1.547**	**1.463**

34.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	**873**	**873**

34.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2018	**2016**
Ajuste de avaliação patrimonial	7.627	1.714
TOTAL	**7.627**	**1.714**

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	**1.714**
Bens baixados no período	(534)
Constituição do AVP	7.167
Realização do AVP	(720)
Saldo Final	**7.627**

34.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Reserva legal	7.346	7.061
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	195	289
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	17.649	14.920
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	1.033	1.254
TOTAL	**26.709**	**25.043**

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

> "A Cooperativa se obriga a constituir": a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 16 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **"Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os**

associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral".

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

35) RECEITA OPERACIONAL

35.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		**MWH**		**Legislação Societária**	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Consumidores						
Residencial	32.389	31.583	58.296	55.009	11.728	16.182
Industrial	183	183	49.086	41.569	2.402	3.559
Comercial	2.567	2.441	32.584	30.359	5.377	8.051
Rural	2.686	2.664	12.585	12.054	1.872	2.426
Poder público	198	196	1.718	1.548	368	480
Iluminação pública	04	04	11.316	10.774	1.520	1.827
Serviço público	18	18	1.882	2.065	366	499
Consumo próprio	05	07	120	127	-	-
TOTAL	**38.050**	**37.096**	**167.587**	**153.505**	**23.633**	**33.024**

35.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Residencial	17.199	16.411
Industrial	17.483	17.791
Comercial	10.160	8.468
Rural	2.772	2.591
Poder público	539	493
Iluminação pública	2.123	2.226
Serviço público	449	530
TOTAL	**50.725**	**48.510**

35.3 Fornecimento não Faturado

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Fornecimento Não Faturado	(209)	(1.162)
TOTAL	**(209)**	**(1.162)**

35.4 Fornecimento – Diferimento ou Devolução

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Repasse à Conta CCBRT	(3.770)	(380)
Ajuste CUSD	67	
TOTAL	**(3.703)**	**(380)**

35.5 Fornecimento – Demais Ativos e Passivos

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Industrial	1.524	-
TOTAL	**1.524**	**-**

35.6 Consumidores Livres

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Industrial	11.893	12.491
TOTAL	**11.893**	**12.491**

35.7 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Doações, contribuições e subvenções	18.984	10.962
TOTAL	**18.984**	**10.962**

35.8 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Serviços Taxados	374	328
TOTAL	**374**	**328**

36) DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

36.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
ICMS	20.503	22.366
PIS-PASEP	125	127
COFINS	576	584
ISSQN	13	36
TOTAL	**21.217**	**23.113**

36.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Programa de Eficiência Energética - PEE	349	358
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.661	7.574
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	349	358
Taxa de fiscalização	104	73
Saldo a Compensar CVA	73	-
TOTAL	**11.536**	**8.363**

36.3 Receitas de Ultrapassagens

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Receitas de Ultrapassagens	514	1.057
TOTAL	**514**	**1.057**

37) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	Quantidade MWH		Legislação Societária	
Suprimento	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Celesc Distribuição S/A	222.116	219.700	39.185	40.722

38) ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

	Legislação Societária	
TUSD	**2018**	**2017**

39) DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Remunerações (incluídos diretores R$ 487)	5.305	5.031
Encargos sociais	1.937	2.000
Auxílio alimentação	751	674
Convênio assistencial e outros benefícios	419	388
Roupas profissionais	21	21
Seguros	18	-
Auxilio Transporte	7	5
Capacitação e treinamento	35	36
Provisões	1.234	1.229
(-) Transferência para ordens em curso	(2.010)	(1.528)
TOTAL	**7.717**	**7.856**

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoerusc no valor total de R$ 487 mil.

40) RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Receitas financeiras	1.372	1.552
(-) Despesas financeiras	3.194	5.171
TOTAL	**(1.822)**	**(3.619)**

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2018	**2017**
Receitas de aplicações financeiras	34	64
Encargos financeiros sobre energia	700	789
Outras – Receitas financeiras	174	384
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	105	79
Descontos Obtidos	203	173
Atualização Monetária	156	63
TOTAL	**1.372**	**1.552**

Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2018	2017
Despesas bancárias	-	665
Outras despesas	97	166
Juros ICMS	383	64
Multa indicadores de continuidade	13	8
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	2	3
Multas moratórias	9	17
Multas compensatórias/Sancionatórias		3
Juros Fornecedores	311	2.709
Juros sobre financiamentos	2.237	1.248
Despesas SELIC P&D e PEE	130	210
Multas – IR/CSLL	-	5
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	12	73
TOTAL	**3.194**	**5.171**

41) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/7l, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2018	2017
Associados	2.360	84.336
Não associados	(139)	18.380
TOTAL DA RECEITA	**2.221**	**102.716**

A Lei nº 5.764/7l isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2018 foi negativo em R$ 139 mil não tivemos base de calculo para Imposto de renda e Contribuição.

42) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

43) PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Caixa Seguradorae Safra Vida e Previdência S/A.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R$580,00 (quinhentos e setenta e dois reais).

Vale Feira a todos os colaboradores em convenio com Cooperativa Agrícola e Pesca FAM-IÇARA no valor de R$20,00 (Vinte reais)

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ErgoMedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

44) TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

45) SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos **Veículos**	**Data da** **Vigência**	**Importância** **Segurada**
Frota	05/01/2019 a 05/01/20 12/01/2018 a 12/01/2019	1.732
Equipamentos	05/12/2018 a 05/12/2019	1.569
Prédios	16/03/2018 a 16/03/2019	3.800

46) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVICO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

47) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Índice de Reajuste Tarifário – IRT Agosto/2019

Jorge Rodrigues **Presidente**	Cleber L. O. da Silva **Secretário**	Daniel Zanolli Vieira **CRCSC.030661/O-7**

COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento

ATA Nº 206 DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, realizada aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, na sede da Cooperaliança, situada na Rua Ipiranga, 333, Centro, Içara – SC, CEP 88820-000, estado de Santa Catarina, às 18h30min (dezoito horas e trinta minutos), com a presença dos membros efetivos do Conselho Fiscal: Eduardo Zacarias, Jucélia Melo Cardoso e Jucemar Vargas. Da mesma forma, estiveram participando os suplentes: Andre Mazzuchello Jucoski, Edileusa Biff da Rolt Prudêncio e Natália dos Reis Dagostim. No primeiro ato do dia, o conselho se reuniu com o auditor Ivan Rzatki e com o gerente contábil da Cooperaliança, Daniel Zanolli Vieira, para examinar e apreciar os seguintes itens: Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, parecer dos auditores independentes, Relatório da Diretoria e outros relatórios referentes ao período de primeiro de janeiro de dois mil e dezoito a trinta e um de dezembro do mesmo ano. Depois de executado os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: "Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, declaramos que, após exames detalhados dos documentos e trabalhos executados no ano de dois mil e dezoito, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da cooperativa e ainda reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, tomamos conhecimento de todos os atos praticados. Por tanto, considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembleia Geral Ordinária (AGO), marcada para vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezenove, cujo edital de convocação esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social, somos de parecer favorável no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembleia Geral Ordinária (AGO). Nada mais havendo a tratar o coordenador do Conselho Fiscal Eduardo Zacarias deu por encerrada a reunião da qual eu, Jucélia Melo Cardoso, secretária, lavrei a presente ata que após lida, se aprovada, será assinada por mim e demais membros do Conselho Fiscal.

Içara - SC, 09 de Janeiro de 2019.

Eduardo Zacarias
Coordenador

Jucélia Melo Cardoso
Secretária

Jucemar Vargas
Conselheiro – Efetivo

Andre Mazzuchello Jucoski
Conselheiro - Suplente

Edileusa Biff da Rolt Prudêncio
Conselheiro – Suplente

Natalia Dos Reis Dagostim
Conselheiro - Suplente

MüllerEyng auditores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA ALIANÇA.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Concessionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Concessionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

MüllerEyng auditores

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 09 de janeiro de 2019.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

de seus associados, às **18h** em segunda convocação com a presença de metade mais 1 (um) de seus associados ou às **19h** em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2018**, compreendendo:

a) Relatório da Gestão;
b) Balanço Patrimonial;
c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
d) Parecer do Conselho Fiscal.

2) Destinação das sobras apuradas no exercício.

3) Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração, período 2019/2022, Conselho Fiscal período 2019 e Delegados junto a Fecoerusc para o período 2019/2022.

4) Fixação de pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.

5) Plano de investimentos para o exercício de 2019.

6) Plano de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES).

7) Autorização para alienação de bens móveis do ativo imobilizado conforme descrito abaixo:

a) Um veículo do tipo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA, marca FIAT/STRADA WORKING, Combustível ALCOOL/GASOLINA, ano de fabricação 2013/2013, cor branca Placas MLG 4863, Renavan nº 535218125, Chassi nº 9BD27805MD7665319;

b) Um veículo do tipo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA, marca FIAT/STRADA WORKING, Combustível ALCOOL/GASOLINA, ano de fabricação 2013/2013, cor branca Placas MLI 1823, Renavan nº 535590377, Chassi nº 9BD27805MD7666042;

c) Um veículo do tipo CAR/CAMINHONETE/AB/C. ESTENDIDA, marca FIAT/STRADA WORKING CE, Combustível ALCOOL/GASOLINA, ano de fabricação 2013/2013, cor branca Placas MLG 7303, Renavan nº 535215096, Chassi nº 9BD27855MD7665064;

8) Assuntos gerais.

a) Para efeito de Verificação de "quórum" a Cooperativa possui nesta data **39.429** associados.

b) A Assembleia Geral Ordinária permanecerá aberta até dia **26 de janeiro de 2019** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.

c) A eleição constante no item 3 (três), deste edital, terá início às 8h do dia **26 de janeiro de 2019**, encerrando às 17h do mesmo dia.

d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, Rua Duque de Caxias, 147, Centro, Içara SC, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto.

e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho de administração, Conselho Fiscal e Delegados deverão compor chapas e inscrevê-las junto à secretaria geral da Cooperaliança até às 18h do dia **15 de janeiro de 2019**.

f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.

g) Os documentos a serem apreciados no item 1 (um) da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **15 de janeiro,** na sede Administrativa e através do endereço eletrônico www.cooperalianca.com.br.

h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá se apresentar munido de documento com foto que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.

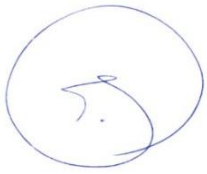
i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal.

j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original (cópia autenticada), para comprovação do representante legal.

k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **25 de janeiro de 2019** deverão ser comprovados mediante a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição**.

l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **26 de janeiro de 2019** não habilitam a exercer direito de voto.

Içara SC, 04 de janeiro de 2019.



JORGE RODRIGUES

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ: 83.647.990/0001-81

NIRE: 42.4.0000375-3

RUA IPIRANGA, N° 333, BAIRRO CENTRO

CIDADE DE IÇARA/SC CEP: 88.820-000 TELEFONE: (48) 3461-3200

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 25/01/2019

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de janeiro do ano de 2.019 (dois mil e dezenove), nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), Içara – SC, em terceira e última convocação, às 19h (dezenove) horas, a presente assembleia não se realizou na sede da Cooperativa por não haver acomodações suficientes. Na abertura da assembleia continha a presença de 226 (duzentos e vinte e seis) associados em condições de votar, conforme assinaturas apostas nos livros de presença, cumprindo-se, portanto, o número mínimo de dez associados exigido pelo art. 21, alínea “c”, do Estatuto Social. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** O Presidente da **Cooperativa Aliança - Cooperaliança**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária** a se realizar no dia **25 de janeiro de 2019,** nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, à Rua Duque de Caxias, 147, Centro, Içara SC, por não haver acomodações na sede administrativa. A primeira convocação se dará às **17h** com a presença de 2/3 de seus associados, às **18h** em segunda convocação com a presença de metade mais 1 (um) de seus associados ou às **19h** em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA 1)** Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de **2018**, compreendendo: **a)** Relatório da Gestão; **b)** Balanço Patrimonial; **c)** Demonstrativo das sobras apuradas no exercício; **d)** Parecer do Conselho Fiscal. **2)** Destinação das sobras apuradas no exercício. **3)** Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração, período 2019/2022, Conselho Fiscal período 2019 e Delegados junto a Fecoerusc para o período 2019/2022. **4)** Fixação de pró-

labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. **5)** Plano de investimentos para o exercício de 2019. **6)** Plano de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (FATES). **7)** Autorização para alienação de bens móveis do ativo imobilizado conforme descrito abaixo: **a)** Um veículo do tipo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA, marca FIAT/STRADA WORKING, Combustível ALCOOL/GASOLINA, ano de fabricação 2013/2013, cor branca Placas MLG 4863, Renavan nº 535218125, Chassi nº 9BD27805MD7665319; **b)** Um veículo do tipo CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA, marca FIAT/STRADA WORKING, Combustível ALCOOL/GASOLINA, ano de fabricação 2013/2013, cor branca Placas MLI 1823, Renavan nº 535590377, Chassi nº 9BD27805MD7666042; **c)** Um veículo do tipo CAR/CAMINHONETE/AB/C. ESTENDIDA, marca FIAT/STRADA WORKING CE, Combustível ALCOOL/GASOLINA, ano de fabricação 2013/2013, cor branca Placas MLG 7303, Renavan nº 535215096, Chassi nº 9BD27855MD7665064; **8)** Assuntos gerais. **a)** Para efeito de Verificação de "quórum" a Cooperativa possui nesta data 39.429 associados. **b)** A Assembleia Geral Ordinária permanecerá aberta até dia **26 de janeiro de 2019** (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. **c)** A eleição constante no item 3 (três), deste edital, terá início às 8h do dia **26 de janeiro de 2019**, encerrando às 17h do mesmo dia. **d)** A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, Rua Duque de Caxias, 147, Centro, Içara SC, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto. **e)** Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho de administração, Conselho Fiscal e Delegados deverão compor chapas e inscrevê-las junto à secretaria geral da Cooperaliança até às 18h do dia **15 de janeiro de 2019**. **f)** As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. **g)** Os documentos a serem apreciados no item 1 (um) da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **15 de janeiro,** na sede Administrativa e através do endereço eletrônico www.cooperalianca.com.br. **h)** Para exercer seu direito de voto, o associado deverá se apresentar munido de documento com foto que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. **i)** As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal. **j)** As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original (cópia autenticada), para comprovação do representante legal. **k)** Débitos em atraso quitados em agentes

arrecadadores no dia **25 de janeiro de 2019** deverão ser comprovados mediante a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição**. **I)** Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **26 de janeiro de 2019** não habilitam a exercer direito de voto. **Içara SC, 04 de janeiro de 2019. JORGE RODRIGUES PRESIDENTE.** Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o Presidente Jorge Rodrigues cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os membros do conselho de administração, iniciando pelo Senhor **Quintino Rizzieri Pavei, Cleber Luiz Oliveira da Silva**, **Marcelo Silveira Cascaes**, **Hilário Dal Molin**, **Evanir Calegari**, **Rodrigo da Silva Gonçalves**, **Moacyr Francisco** e **Eduardo Zacarias**, Coordenador do Conselho Fiscal. Daniel Zanolli Vieira Gerente Contábil e o Senhor Valdemar Venturi, representando a Coordenação da Assembleia junto a Cooperaliança. Logo após o presidente solicitou a assembleia a aprovação do nome do Senhor Daniel Zanolli Vieira para orientar e assessorar os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação, já transcrito na presente ata. Logo após foi apresentado, exemplar da carta circular enviada aos associados e exemplar do seguinte jornal, comprovando a divulgação prevista no estatuto social: Jornal Diário de Notícias, edição nº 2.235, pag.11 de 04 de janeiro de 2.019. Registra-se, outrossim, que foram afixados editais de convocação para a presente assembleia em locais públicos de grande circulação, como por exemplo Prefeituras Municipais, bares, lanchonetes, supermercados, associação de moradores, postos de combustíveis, estação rodoviária em que a Cooperativa abrange com sua área de Concessão. Dando sequencia aos trabalhos acordado com Art. 26 §1º do estatuto social foi posto em votação e aprovação a regra de votação da assembleia, na qual foi aprovado por unanimidade que as votações fossem realizadas à descoberta. Em seguida, foi feita a leitura do **ITEM PRIMEIRO** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2018; Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o Secretário da Assembleia, Daniel Zanolli Vieira convidou o Senhor Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Senhor Daniel Zanolli Vieira, Contador. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, logo após o Sr. Ivan Rzatki fez a leitura do parecer da auditoria independente, opinando sobre as demonstrações contábeis referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA ALIANÇA,

em 31 de dezembro de 2018, as sobras de suas operações, das mutações do patrimônio liquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Em seguida o Senhor Eduardo Zacarias, Coordenador do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do referido Conselho referente às contas apresentadas, no qual opinou favoravelmente pela aprovação das mesmas. Logo após o secretário da assembleia Daniel Zanolli Vieira solicitou a assembleia para aprovação de um sócio presente para presidir a votação deste item, a assembleia aprovou o nome do associado Eduardo Rocha Souza que, assumindo a presidência **"ad-hoc"** da mesma, colocou em discussão a matéria, não havendo manifestações, o Presidente em exercício da Assembleia colocou em votação, as contas do exercício de 2018, que foram aprovadas por maioria absoluta. Após, no **ITEM SEGUNDO** da ordem do dia, referente à destinação das sobras do exercício de 2018 (dois mil e dezoito) assim compostas às bases para destinações legais e estatutárias na ordem de R$ 2.950,711,32 (dois milhões novecentos e cinquenta mil setecentos e onze reais e trinta e dois centavos), Reserva Legal de R$ 295.071,13 (duzentos e noventa e cinco mil setenta e um reais e treze centavos), FATES de R$ 147.535,57 (cento e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), e o Fundo de Expansão e manutenção do Sistema de Distribuição de R$ 1.475.355,66 (um milhão quatrocentos e setenta cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), as sobas liquidas de R$ 1.032.748,96 (um milhão e trinta e dois mil setecentos e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos), a disposição da assembleia foram destinadas por unanimidade ao Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição. Dando-se continuidade à assembleia, foi feita a leitura do **TERCEIRO, ITEM** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, período 2019 a 2022, Conselho Fiscal período 2019 e Delegados representantes da Cooperativa junto a Fecoerusc período de 2019 a 2022. Contudo, diante do que dispõe o Art. 44 da Lei 5.764/1971 lei do Cooperativismo, bem como o Art. 27 do estatuto Social desta Cooperativa, requer-se especificamente aos CNPJs em que a mantém-se e/ou vier a ter vinculo jurídico, que seja prorrogado o mandato do Conselho de Administração até o dia 31 de março do ano subsequente ao término do exercício acima descrito. Informou-se à Assembleia que houve a apresentação de duas chapas. Assim sendo, foi feito a leitura das chapas concorrentes ao cargo de conselheiros de administração e conselheiros fiscais e delegados. Foi lembrado aos associados que a votação ocorrerá no dia 26 de janeiro de 2019, das 08h às 17h, nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, Rua Duque de Caxias, 147

(cento e quarenta e sete), nesta Cidade de Içara – SC, sendo que os eleitos serão empossados logo após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no edital de convocação. Em seguida, foi feita a leitura do **QUARTO ITEM** da ordem do dia que se refere à fixação do pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados Representantes da Cooperativa junto à FECOERUSC. Para presidir a votação desta matéria, mais uma vez foi levado à votação da assembleia o nome do associado Eduardo Rocha Souza que aprovado por unanimidade mais uma vez assumiu a presidência **"ad-hoc"** conduzindo a mesma, levando a matéria em discussão da assembleia, foram apresentada 1 (uma) única proposta, mantendo-se da seguinte forma: pró-labore para o exercício da presidência **a)** R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais); e cédulas de presença para os Conselheiros Fiscais e Delegados junto à Fecoerusc restaram o valor de : **b)** R$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais). Posto em votação foi aprovado por maioria dos presentes. Logo após, foi feita a leitura do **QUINTO ITEM** da ordem do dia da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2.019 (dois mil e dezenove). O engenheiro Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.018 (dois mil e dezoito) e que prevê a aplicação de R$ 3.130.000,00 (Três milhões cento e trinta mil reais), esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por maioria dos presentes. Logo após foi lido o **SEXTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do **FATES** restando o total de R$ R$ 147.537,57 (Cento e quarenta e sete mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Apresentado a proposta a seguir exposta da seguinte forma: Associação dos Bombeiros Comunitários de Içara no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais); Fundação Social Hospitalar de Içara – HSD no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais); Rede Feminina de Combate o Câncer de Içara no valor de R$ 19.537,57 (dezenove mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos); Associação de pais e amigos excepcionais de içara – APAE no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais); Associação Beneficente berço do a anjos no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); Associação Beneficente família feliz no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); Associação dos amigos da pastoral da criança no valor de R$ 5.00000 (cinco mil reais); Associação Içarense de proteção animal amigo bicho no valor de R$ 5.00000 (cinco mil reais); Centro de treinamento de adicções no valor de R$ 5.00000 (cinco mil reais); União dos conselhos locais de saúde no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais); Associação cultural açoriana no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais); associação desportiva recreativa Içarense no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais); Posta

a matéria em votação foi aprovada por maioria dos presentes. Logo após foi realizado a leitura do **SÉTIMO ITEM** que trata da solicitação de alienação de bens móveis, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. **OITAVO ITEM** referente aos assuntos gerais, deixando claro que este item serve para receber observações, críticas e/ou sugestões, contudo, neste item nada será deliberado. Deixado à palavra à disposição o associado Armando Biff fez uso da palavra elogiando os trabalhos da presente assembleia. Ato contínuo, o secretário dos trabalhos devolveu a palavra ao Presidente da Cooperativa que agradecendo a presença de todos comunicou aos presentes que a assembleia continuará aberta até às 17h do dia 26 (vinte e seis) de janeiro de 2019, quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 5.889 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove) associados apurando-se o seguinte resultado: Para o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CHAPA 1(UM) somaram-se o quantitativo de 4.143 votos, para o CONSELHO FISCAL CHAPA 1(UM) somaram-se o quantitativo de 3.943 votos e para os DELEGADOS representantes junto a FECOERUSC CHAPA 1 (UM) somaram-se o quantitativo de 3.935 votos. Para o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CHAPA 2 (DOIS) somaram-se ainda o quantitativo de 1.639 votos, para o CONSELHO FISCAL CHAPA 2(DOIS) somaram-se o quantitativo de 1.668 votos e para os DELEGADOS representantes junto a FECOERUSC CHAPA 2(DOIS) somaram-se o quantitativo de 1.641votos. Votos branco para conselho de administração foram de 52 e nulos 55. Votos brancos para conselho fiscal foram 182 e nulos 49. Votos brancos para delegados junto a Fecoerusc foram 209 e nulos 48. Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados como membros do Conselho de Administração, Fiscal e Delegados junto a Fecoerusc nos termos do item 3 (TRÊS) do Edital de convocação CHAPA 1 (UM) assim composta: para o cargo a Presidente Reginaldo de Jesus, brasileiro, casado, técnico em cerâmica, portador do RG de nº 2.575.120 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 755.388.309-34, residente e domiciliado a Rua Dom Joaquim Domingos de Oliveira, nº 593, Apt. 602, Centro Içara – SC; Cargo de vice-Presidente Paulo Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 3.171.635 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 014.831.229-21, residente e domiciliado a Rod. Afonso Moisés Bitencourt, s/nº, Segunda Linha, Içara – SC; Cargo de Secretário Anselmo Freitas, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 1.524.072 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 549.754.419-34, residente e domiciliado a Rua Rita Dal Bó Benedett, nº 330, Zona Norte Balneário Rincão – SC; Cargos de Conselheiros, Henrique Guglielmi, brasileiro, casado, professor, portador do RG de nº 1.327.905 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 398.552.609-53, residente e domiciliado a

SC 445, nº 6.320, KM 6.3, Vila São José – SC; Quintino Rizzieri Pavei, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG de nº 181.942 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 179.386.279-68, residente e domiciliado a Rua Coronel Marcos Rovaris, nº 1.440, Primeiro de Maio, Içara – SC; Fernando Germano Selinger, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 6.469.026 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 803.757.900-04, residente e domiciliado a Rua Laguna, nº 473, Apt. 101, Edifício Vanessa, Centro, Balneário Rincão – SC; Cleber Luiz Oliveira da Silva, brasileiro, união estável, funcionário público, portador do RG de nº 2.154.586 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 641.517.199-20, residente e domiciliado a Rua Atílio Daminelli, nº 815, Nossa Senhora de Fátima, Içara – SC; Samuel Goulart Baldissera, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 4.095.270 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 036.779.709-70, residente e domiciliado a Rua Donato Valvassori, nº 667, Apt. 403, Centro, Içara – SC. MEMBROS DO CONSELHO FISCAL EFETIVOS E SUPLENTES RESPECTIVAMENTE CHAPA 1(UM) Higor Robettii Batista, brasileiro, solteiro, servidor público, portador do RG de nº 57.442.603 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 069.654.439-36, residente e domiciliado a Rua Presidente João Belchior Goulart, Jardim Elizabete, Içara – SC; Evanor Osmar Prudêncio, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 2.576.522-1 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 713.149.549-20, residente e domiciliado a Rua Juvenal Manoel Silvano, nº 737, Vila Nova, Içara – SC; Marcelo Silveira Cascaes, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 4.881.084 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 053.541.769-13, residente e domiciliado a Rod. SC, s/nº, Sanga Funda, Içara – SC; carlos, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 4.881.084 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 053.541.769-13, residente e domiciliado a Rod. SC, s/nº, Sanga Funda, Içara – SC; Carlos Tibincoski Dagostin, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG de nº 3.694.687 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 030.091.479-29, residente e domiciliado a Rod. ICR - 250, s/nº, Linha Três Ribeirões, Içara – SC; Valmir José Ferreira, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG de nº 2.369.597 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 398.489.819-34, residente e domiciliado a Rua Honorato Martins, nº 239, Içara – SC; Giovani Felipe da SIlva, brasileiro, solteiro, publicitário, portador do RG de nº 9.100.163.915 expedida pela SSP/RS e CPF de nº 015.948.720-07, residente e domiciliado a Rua Olívio Pavei, nº 90, Centro, Içara – SC; MEMBROS DELEGADOS JUNTO A FECOERUSC EFETIVOS E SUPLENTES RESPECTIVAMENTE, Fábio Dela Bruna Vieira, brasileiro, casado, empresário, portador do RG de nº 3.377.998 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 021.650.849-54, residente e domiciliado a Rua Paraná, nº 709, Centro, Balneário Rincão – SC; Evanir Calegari,

brasileiro, casado, comerciante, portador do RG de nº 1.937.468 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 496.379.089-00, residente e domiciliado a Rua Antônio Bernardo, s/nº, Vila Nova, Içara – SC; Moacyr Francisco, brasileiro, solteiro, aposentado, portador do RG de nº 2.578.784 expedida pela SSP/SC e CPF de nº 754.425.409-78, residente e domiciliado a Rua Felipe Teófilo da Silveira, nº 74, Barracão, Içara – SC; João Rodrigues, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG de nº 6.067.318.045 expedida pela SSP/RS e CPF de nº 210.310.700-44, residente e domiciliado a Rod. ICR – 350, Arino Antônio Candido, s/nº, Boa Vista, Içara – SC; Assim compostos, eleitos e empossados os membros da chapa 1(UM) inscrita para a eleição acima descrita declaram que; **a)** "*não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que: temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade*"; **b)** "*não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral"*; **c)** "*não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração*. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a assembleia, agradecendo a presença de todos, aprovada a presente ata que depois de lida foi assinada por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembleia conforme observação para o quórum de instalação da assembleia. Esta ATA é original e foi produzida por meio eletrônico.

Içara SC, 26 (vinte e cinco) de janeiro de 2019.

Jorge Rodrigues **Presidente** **CPF: 341.186.409-53**		**Cleber Luiz Oliveira da Silva** **Secretário** **CPF: 641.517.199-20**